18° ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL

BELO HORIZONTE - MG
11 - 14 / AGOSTO

PAISAGENS EM DIÁLOGOS
TERRITÓRIOS, MEMÓRIAS E NATUREZAS

ENEPEA 2026

CATEGORIZAÇÃO DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES DE JUAZEIRO DO NORTE (CE)

ST2 – Paisagens e territórios

CATEGORIZATION OF THE OPEN SPACES SYSTEM OF JUAZEIRO DO NORTE (CE)

OLIVEIRA, Lucas Martins de.
Professor Adjunto | Universidade Regional do Cariri | Juazeiro do Norte, Ceará | lucas.moliveira@urca.br | ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6698-0828

COSTA, Vinícius da Silva.
Estudante de Arquitetura e Urbanismo e bolsista IC-FECOP| Universidade Regional do Cariri | Juazeiro do Norte, Ceará | vinicius.costa@urca.br | ORCID: https://orcid.org/0009-0004-2844-5404

RESUMO

Os sistemas de espaços livres urbanos (SEL) constituem elementos estruturantes da morfologia das cidades e suporte físico fundamental para a constituição da esfera pública, extrapolando a visão meramente paisagística para desempenhar funções socioambientais essenciais. Em Juazeiro do Norte (CE), núcleo central do aglomerado "CRAJUBAR" e polo da Região Metropolitana do Cariri, a reestruturação urbana acelerada, impulsionada pelo comércio, serviços e fluxos turísticos, tem exercido forte pressão sobre esses sistemas. Essa expansão desordenada agrava a desigualdade socioespacial, comprometendo a conectividade ecológica, como das Áreas de Preservação Permanente (APPs), e disponibilidade de espaços livres públicos qualificados nas áreas periféricas e frentes de expansão. Nesse contexto, o presente trabalho analisa a configuração do SEL juazeirense, identificando e categorizando tipologias como praças, canteiros, largos, parques e espaços associados à infraestrutura de mobilidade, como linha do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). A metodologia baseou-se em revisão bibliográfica, mapeamento georreferenciado, além da avaliação da qualidade dos espaços que suportam a apropriação social. Os resultados evidenciam que, embora haja diversidade tipológica e distribuição territorial, grande parte dos espaços de uso comum apresenta limitações severas de infraestrutura, conservação e acessibilidade. Conclui-se que a identificação, qualificação, preservação e gestão integrada dos sistemas de espaços livres são imperativas para o fortalecimento da esfera pública, para a resiliência climática e para a promoção de uma sustentabilidade urbana mais inclusiva em Juazeiro do Norte.

Palavras-chave: sistemas de espaços livres; espaços públicos; morfologia urbana; Juazeiro do Norte.

ABSTRACT

Urban open space systems (OSS) constitute structuring elements of urban morphology and a fundamental physical substrate for the constitution of the public sphere, extending beyond a merely landscape-based perspective to perform essential socio-environmental functions. In Juazeiro do Norte, Ceará, the central core of the CRAJUBAR urban agglomeration and a major hub within the Cariri Metropolitan Region, accelerated urban restructuring driven by commerce, services, and tourist flows has placed significant pressure on these systems. This disorderly expansion intensifies sociospatial inequality, compromising ecological connectivity, particularly that of Permanent Preservation Areas (PPAs), as well as the availability of qualified public open spaces in peripheral areas and urban expansion fronts. Within this context, the present study analyzes the configuration of Juazeiro do Norte's OSS, identifying and categorizing typologies such as squares, planted medians, public forecourts, parks, and spaces associated with mobility infrastructure, including the Light Rail Vehicle (LRV) line. The methodology was based on a literature review, georeferenced mapping, and an assessment of the quality of spaces that support social appropriation. The results show that, although there is typological diversity and territorial distribution, a large share of the spaces for common use exhibit severe limitations in terms of infrastructure, maintenance, and accessibility. It is concluded that the identification, qualification, preservation, and integrated management of open space systems are imperative for strengthening the public sphere, enhancing climate resilience, and promoting a more inclusive form of urban sustainability in Juazeiro do Norte.

Keywords: *open spaces systems; public spaces; urban morphology; Juazeiro do Norte.*

1 INTRODUÇÃO (CALIBRI 11, CAIXA ALTA)

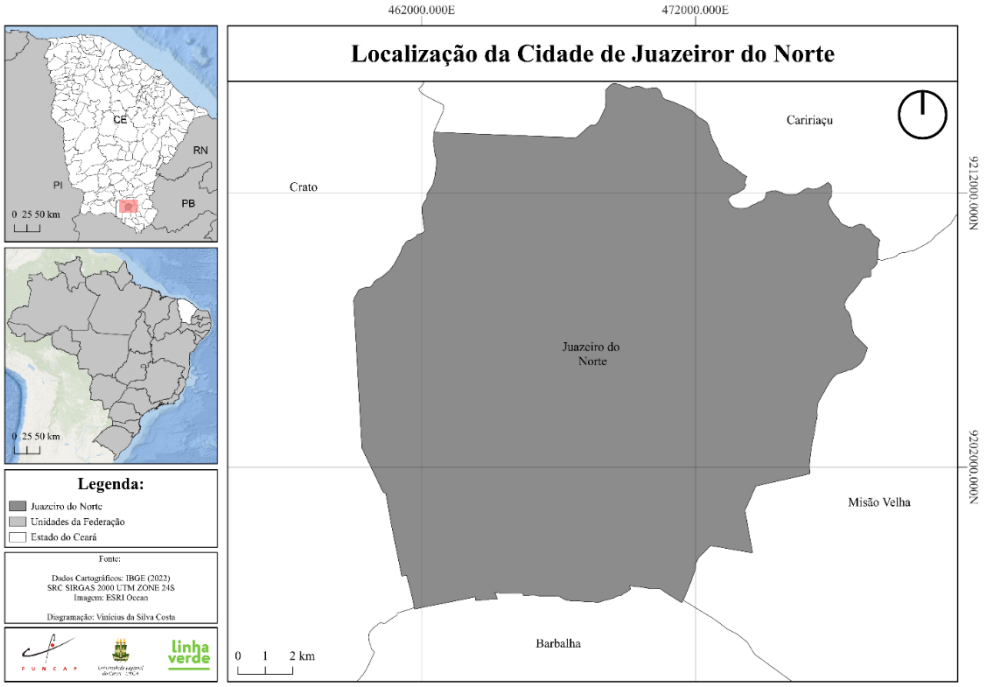
O presente artigo tem como objeto central de estudo a configuração e a dinâmica dos sistemas de espaços livres urbanos (SEL) na escala intraurbana da cidade de Juazeiro do Norte, no estado do Ceará. A fundamentação teórico-conceitual adota a definição de sistema de espaços livres como uma rede articulada de espaços públicos de uso comum e as múltiplas relações que os organizam na morfologia da cidade. Sob esta perspectiva, os SELs extrapolam a visão meramente paisagística ou de "áreas verdes", sendo compreendidos como elementos fundamentais na constituição da esfera pública (QUEIROGA, 2012), na dinâmica social cotidiana (TÂNGARI, 2019) e na sustentabilidade ambiental dos assentamentos humanos (MAZZEI; COLESANTI; SANTOS, 2007). Conforme defendido por Queiroga e Benfatti (2007), a compreensão sistêmica e a correta categorização das tipologias desses espaços são essenciais para identificar como a forma urbana condiciona as práticas sociais e a qualidade de vida.

Juazeiro do Norte, inserido estrategicamente na Região Metropolitana do Cariri (RMC) e consolidado como o núcleo central do aglomerado urbano conhecido como "CRAJUBAR" (Crato, Juazeiro e Barbalha), destaca-se como o principal polo econômico e de serviços do interior nordestino (Figura 1). Como discute Queiroz (2013), a institucionalização desta metrópole regional reflete uma complexa dinâmica urbano-regional mediada pelo Estado. Localizado sob a influência do bioma Caatinga e marcado por uma transição morfológica "entre serras e sertões" (GURGEL, 2012), o município vivencia processos de urbanização acelerada. Tais dinâmicas são impulsionadas pela intensificação das atividades comerciais e pelo expressivo fluxo turístico-religioso, gerando transformações profundas na centralidade e na morfologia urbana (PEREIRA, 2014). Frequentemente, essa expansão ocorre sob a égide de planos estratégicos estaduais que, embora busquem o ordenamento territorial, enfrentam desafios de implementação na escala local (CASTRO, 2017).

Nas últimas décadas, a expansão da mancha urbana juazeirense (Figura 2) tem exercido uma pressão crescente e desigual sobre os espaços livres existentes. Especialmente nas frentes de expansão, observa-se a ausência de um planejamento integrado que considere a conectividade ecológica das Áreas de Preservação Permanente (APPs) fluviais (SOUZA, 2015). A degradação destes sistemas compromete a capacidade de resiliência climática da cidade e a própria vitalidade da esfera pública (QUEIROGA, 2012; TÂNGARI, 2019). Estudos de Mazzei, Colesanti e Santos (2007) e Hannes (2015) reforçam que a qualidade e a distribuição equitativa dos espaços livres são determinantes para a democratização do acesso à cidade.

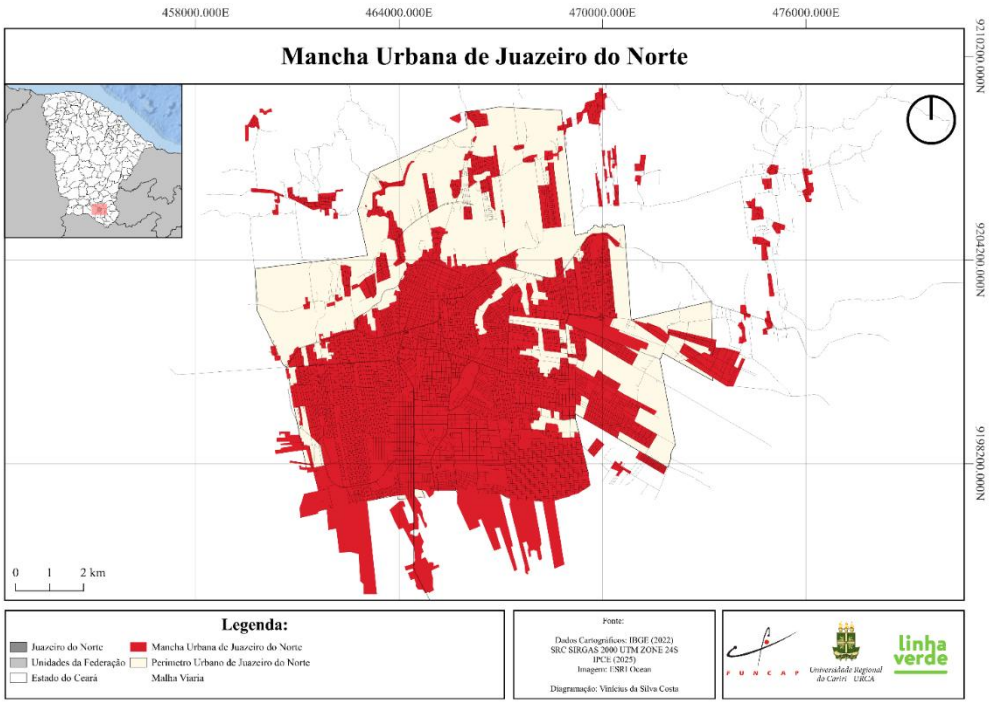
A questão da inclusão torna-se crítica ao observar-se que os espaços de lazer e parques urbanos devem obrigatoriamente cumprir normas de infraestrutura que garantam o direito ao uso por pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida (SILVA, 2009; MELO; ORLANDO, 2014). Diante desse cenário complexo, o presente trabalho objetiva analisar a configuração do sistema de espaços livres de Juazeiro do Norte. A investigação busca identificar as principais tipologias existentes e os seus padrões de distribuição territorial. Pretende-se, ao final, oferecer subsídios teóricos e práticos para estratégias de gestão, preservação e qualificação urbana, visando o fortalecimento da esfera pública e a promoção de uma Juazeiro do Norte mais sustentável e inclusiva.

Figura 1: Localização de Juazeiro do Norte.



Fonte: Autores, 2026.

Figura 2: Mancha urbana de Juazeiro do Norte.



Fonte: Autores, 2026.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Contextualização do município

Inserido no contexto do semiárido nordestino e sob o domínio do bioma Caatinga, o município de Juazeiro do Norte apresenta um clima predominantemente quente e seco. O relevo varia de plano a suavemente ondulado, recebendo influência direta da Chapada do Araripe, elemento geológico que atua como o grande estruturador da paisagem regional e regulador do microclima. Essa configuração geomorfológica posiciona a cidade em uma zona de transição "entre serras e sertões", onde a forma urbana deve dialogar com as restrições e potencialidades do sítio natural (GURGEL, 2012). Hidrologicamente a cidade está localizada sobre a bacia do Rio Salgadinho. O regime pluviométrico, marcado por irregularidade severa, condiciona as dinâmicas ambientais e a manutenção dos espaços livres, exigindo uma integração entre o sistema de espaços abertos e as feições hidro geomorfológicas, como as Áreas de Preservação Permanente (APPs) fluviais, fundamentais para a resiliência urbana (SOUZA, 2015; OSCO et al., 2015).

Atualmente, com uma população superior a 305 mil habitantes (IBGE, 2025), Juazeiro do Norte consolida-se como o principal polo urbano do interior cearense. A cidade concentra uma densa rede de comércio e serviços que, segundo Pereira (2014), é o principal motor de reestruturação do espaço intraurbano, gerando novas centralidades e alterando a lógica de ocupação do solo. A característica mais distintiva é a centralidade religiosa: o turismo de fé, vinculado à figura de Padre Cícero, gera fluxos sazonais massivos. Como observa Queiroz (2013), essas romarias tensionam a infraestrutura urbana, gerando uma demanda extrema por espaços públicos de uso coletivo que, muitas vezes, carecem de suporte físico e acessibilidade para acolher tamanha carga de usuários.

A expansão da mancha urbana ocorreu de maneira radial e acelerada, impulsionada pela valorização fundiária. Este processo foi acompanhado pela implantação do Sistema de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) em 2009, que introduziu novas lógicas de conexão, mas também evidenciou fragmentações. O resultado é uma mancha urbana extensa e dispersa, marcada por um contraste socioespacial agudo (MENDES, 2023). Nota-se uma segregação clara entre áreas consolidadas e as zonas periféricas, onde o déficit de infraestrutura é latente. Nesses setores, a ausência de uma política sistêmica de planejamento tem relegado os espaços livres a uma condição de "resíduo urbano", falhando em transformá-los em suporte efetivo para a esfera pública (QUEIROGA, 2012; TÂNGARI, 2019).

2.2 Categorização do SEL

O levantamento sistemático e a categorização dos espaços livres urbanos de Juazeiro do Norte foram estruturados a partir de uma triangulação metodológica que envolveu a análise de imagens de satélite de alta resolução, o exame da cartografia urbana oficial e observações diretas de campo. A leitura do sistema evidencia a coexistência de um conjunto heterogêneo de tipologias que, conforme apontado por Mendes (2023), distribuem-se de maneira desigual, refletindo a segregação socioespacial do município.

As praças configuram-se como os elementos mais tradicionais, atuando como suporte da esfera pública e do convívio comunitário (QUEIROGA, 2012). Contudo, a análise revela que muitos desses espaços carecem de infraestrutura básica e acessibilidade universal. Segundo Silva (2009) e Melo e Orlando (2014), a ausência de dispositivos que garantam o uso por pessoas com deficiência compromete o direito ao lazer e à cidade. Nota-se uma hierarquia clara: praças centrais vinculadas ao patrimônio religioso gozam de maior investimento, enquanto as periféricas apresentam caráter residual, evidenciando o que Tângari (2019) descreve como a fragmentação dos sistemas de espaços livres em cidades brasileiras.

Os canteiros centrais, vinculados ao sistema viário, compõem expressiva parcela quantitativa do estoque de espaços abertos. Embora possuam potencial como conectores vegetados e suporte à mobilidade ativa, muitos possuem caráter passivo. De acordo com Pereira (2014), a lógica de reestruturação urbana voltada ao fluxo de veículos e ao capital comercial muitas vezes negligencia a qualificação desses espaços para a permanência humana, tornando-os meros divisores de tráfego em vez de elementos de um sistema integrado.

Os largos constituem uma tipologia de especial relevância no sistema de espaços livres de Juazeiro do Norte, diferenciando-se das praças convencionais pela sua escala, função e relação direta com o patrimônio religioso. Como discute Queiroz (2013), a condição de Juazeiro como "Metrópole do Cariri" é indissociável das romarias, transformando esses espaços abertos em infraestruturas logísticas fundamentais para acolher a massa de fiéis. Sob a ótica de Queiroga (2012), os largos funcionam como verdadeiras dimensões públicas de resistência e manifestação cultural, onde a apropriação social atinge seu ápice durante os calendários festivos, consolidando a identidade do lugar.

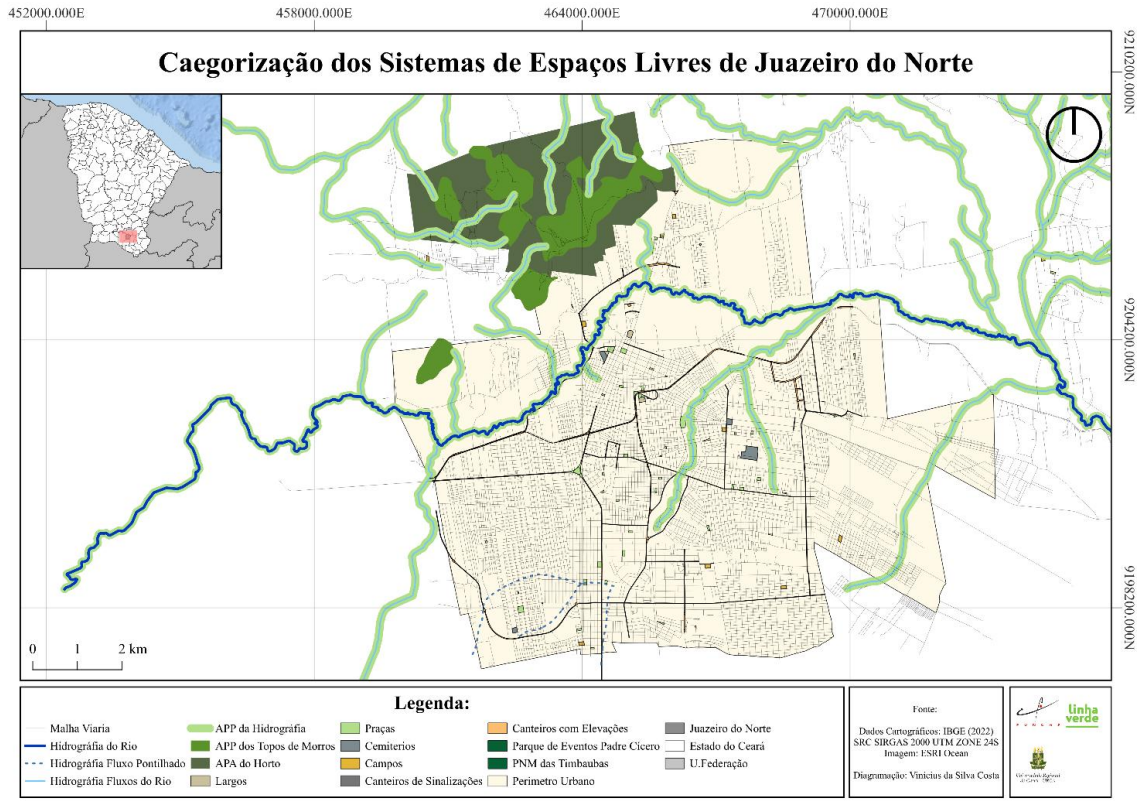
Os campos de futebol (ou "campos de várzea") em Juazeiro do Norte representam uma das tipologias mais expressivas de espaços livres em áreas de vulnerabilidade social. Segundo Mendes (2023), a segregação socioespacial da cidade relegou às periferias espaços com baixa infraestrutura, onde o campo de terra batida surge como o principal suporte para a vida pública e o lazer ativo. Sob a ótica de Mazzei et al. (2007), esses espaços, embora desprovidos de tratamento paisagístico, cumprem uma função social vital ao oferecerem opções de recreação onde o Estado é ausente. Contudo, a falta de dispositivos de acessibilidade universal nesses locais, conforme discutido por Silva (2009), exclui parte da população do direito pleno ao uso desses espaços comuns.

A hidrografia local, marcada por riachos temporários típicos do semiárido, deveria constituir a "espinha dorsal" do sistema de espaços livres através das APPs fluviais. No entanto, como observa Souza (2015), a pressão do mercado imobiliário e a ocupação das margens

transformaram muitos desses eixos em barreiras segregadoras ou áreas de risco. A integração das APPs ao SEL é apresentada por Tângari (2019) como uma estratégia de resiliência climática fundamental. Em Juazeiro do Norte, a preservação dessas faixas é a única forma de garantir a conectividade ecológica entre a Chapada do Araripe e o tecido urbano consolidado (OSCO et al., 2015).

A malha viária de Juazeiro do Norte, caracterizada pelo crescimento radial condiciona a oferta de espaços livres. A lógica de reestruturação urbana, voltada para o automóvel e para o acesso a grandes centros de consumo, muitas vezes ignora a qualidade do pedestre (PEREIRA, 2014). Conforme Queiroga (2012), as ruas e canteiros devem ser lidos como parte da esfera pública; em Juazeiro do Norte, transformar os eixos viários em corredores verdes, mapeados conforme as técnicas de uso e cobertura da terra de Ramos et al. (2017), permitiria reduzir as ilhas de calor e melhorar a mobilidade ativa, integrando bairros periféricos ao centro funcional. A Figura 3 apresenta o mapa do sistema.

Figura 3: Sistema de espaços livres de Juazeiro do Norte.



Fonte: Autores, 2026.

2.3 Aspectos de apropriação social

A análise da apropriação dos espaços livres urbanos em Juazeiro do Norte exige uma investigação que transcenda as determinações contidas nos projetos técnicos ou nas diretrizes da legislação urbanística vigente. É imperativo observar os usos efetivamente praticados pela população no cotidiano, compreendendo o espaço como uma construção social dinâmica e em constante transformação. Segundo a abordagem consolidada por Queiroga (2012), o espaço público não é uma entidade estática, mas o resultado de interações humanas que articulam aspectos físicos, funcionais, simbólicos e culturais, configurando a verdadeira esfera pública. Nesse sentido, a apropriação é o processo pelo qual os diferentes grupos sociais imprimem suas necessidades e identidades no território, refletindo tanto as qualidades materiais do ambiente construído quanto as tensões e potências da vida coletiva.

Os levantamentos empíricos demonstraram que os espaços livres mais intensamente apropriados em Juazeiro do Norte guardam uma relação direta com a centralidade funcional do município. Como aponta Pereira (2014), a reestruturação urbana da cidade é fortemente tracionada pelas novas dinâmicas do comércio e dos serviços, que redefinem as centralidades. Assim, as áreas centrais e pericentrais, caracterizadas por uma maior densidade populacional e rica diversidade de usos, apresentam índices superiores de permanência e vitalidade. A melhor oferta de infraestrutura nessas zonas atua como um indutor de fluxos, onde a acessibilidade facilitada permite que o espaço livre funcione como um suporte contínuo para a sociedade ao longo de todo o dia.

As praças e, notadamente, os largos associados aos santuários e equipamentos religiosos, emergem como os principais suportes das manifestações culturais e rituais da cidade. Durante os períodos de romaria, esses espaços experimentam uma metamorfose funcional: o expressivo contingente de visitantes transforma os largos em extensões vitais do espaço edificado, capazes de acomodar atividades coletivas temporárias, comércio informal e ritos de passagem. Nesses contextos, o sistema de espaços livres (SEL) assume um papel estratégico na organização da mobilidade peatonal e na ampliação da capacidade de acolhimento da malha urbana. Para além da funcionalidade logística, tais espaços estão imbuídos de um denso valor simbólico que fundamenta a memória coletiva e a identidade da Metrópole do Cariri (QUEIROZ, 2013). Contudo, a sobrecarga desses espaços evidencia a necessidade urgente de planejamento focado na acessibilidade, garantindo que as multidões não se tornem barreiras excludentes para romeiros idosos ou pessoas com deficiência física (SILVA, 2009).

As chamadas academias populares representam uma tipologia de sucesso na ativação do espaço público cotidiano (Figura 4). Com uso recorrente, especialmente nos intervalos de menor calor (início da manhã e final da tarde), esses equipamentos são majoritariamente apropriados por adultos e idosos. A adoção de diretrizes de acessibilidade e desenho universal nesses micros espaços (MELO; ORLANDO, 2014) promove não apenas a saúde física, mas o fortalecimento de redes de sociabilidade local. Mesmo quando inseridas em fragmentos urbanos de infraestrutura modesta, a presença desses dispositivos de lazer demonstra que intervenções programáticas possuem elevada capacidade de gerar sensação de segurança e pertencimento, combatendo o esvaziamento dos espaços públicos.

Em contrapartida, identifica-se uma subutilização crônica dos canteiros centrais e áreas remanescentes do sistema viário (Figura 5). Nestes locais, a apropriação social é inibida por uma somatória de fatores: a hostilidade do fluxo veicular, a ausência de sombreamento arbóreo adequado ao clima do semiárido e a precariedade do mobiliário urbano. Como discutido por Mazzei, Colesanti e Santos (2007) e Hannes (2015), quando o espaço livre é reduzido a um caráter meramente viário ou residual, sem oferecer conforto ambiental, segurança ou função ecológica, ele deixa de cumprir sua função social de lazer, tornando-se um "vazio" na estrutura da cidade.

Essas disparidades de apropriação evidenciam desigualdades territoriais profundas na oferta de qualidade urbana em Juazeiro do Norte. Conforme adverte Mendes (2023), as dinâmicas de expansão e deslocamento na cidade têm aprofundado a segregação socioespacial, relegando as periferias à precariedade. A consolidação do SEL como elemento estruturador da esfera pública requer políticas que promovam a qualificação integrada, garantindo que o conforto, a infraestrutura e a segurança não sejam privilégios das áreas centrais, mas direitos estendidos a todo o tecido urbano, de forma equitativa e democrática.

Figura 4: Academia Popular da Praça Giradouro.



Fonte: Autores, 2026.

Figura 5: Canteiro Central Avenida Ailton Gomes.



Fonte: Autores, 2026.

2.4 Dinâmica de produção, distribuição e inter-relações

A dinâmica contemporânea de produção dos espaços livres urbanos em Juazeiro do Norte revela a predominância de intervenções de caráter pontual e fragmentado, as quais se apresentam, em sua maioria, desarticuladas de uma estratégia sistêmica de planejamento territorial de longo prazo. Grande parte dos novos espaços livres incorporados à malha urbana é subproduto direto da implantação de novos empreendimentos imobiliários e da abertura de eixos viários periféricos. Nesse processo, os espaços abertos são frequentemente concebidos como elementos meramente acessórios ou dispositivos compensatórios exigidos pela legislação de parcelamento do solo, e não como componentes estruturadores da forma urbana e da vitalidade da esfera pública. Como observa Queiroga (2012), quando a produção do espaço livre é pautada apenas pelo cumprimento de índices normativos, perde-se a oportunidade de criar lugares que articulem as funções ecológicas e sociais da cidade. Essa lógica também ignora o potencial das Áreas de Preservação Permanente (APPs) fluviais, que poderiam transpor o caráter residual e atuar como os principais conectores sistêmicos da paisagem (SOUZA, 2015).

Nesse cenário, a produção do Sistema de Espaços Livres (SEL) juazeirense encontra-se fortemente condicionada às lógicas de valorização do mercado imobiliário e à intensa reestruturação espacial capitaneada pelo setor de comércio e serviços, que atua como vetor de

novas centralidades (PEREIRA, 2014). O resultado é a criação de áreas públicas com dimensões reduzidas, baixa diversidade funcional e uma alarmante incapacidade de integração ao conjunto urbano preexistente. Esses espaços, localizados predominantemente em frentes de expansão recente, sofrem de um isolamento morfológico que compromete a formação de redes contínuas. A ausência de conectividade impede que esses fragmentos desempenhem funções ecossistêmicas essenciais, como a regulação do microclima e a drenagem natural. Funções estas que são indispensáveis no contexto do semiárido cearense para a manutenção da qualidade de vida e do equilíbrio dinâmico urbano (MAZZEI; COLESANTI; SANTOS, 2007).

A distribuição territorial resultante revela um padrão de profunda desigualdade socioespacial, intimamente ligado aos conflitos de deslocamento urbano e exclusão (MENDES, 2023) este cenário é corroborado pelos dados quantitativos apresentados (Figura 6 - Tabela 1). Enquanto o núcleo central e as áreas pericentrais concentram espaços historicamente consolidados e dotados de intenso simbolismo — como os largos articulados às massivas romarias religiosas (QUEIROZ, 2013) —, as periferias urbanas são relegadas a espaços residuais desprovidos de qualificação. Essa assimetria reforça processos de segregação, limitando o acesso equitativo da população de baixa renda, bem como de pessoas com mobilidade reduzida, a áreas de lazer e convivência seguras (SILVA, 2009). Do ponto de vista da ecologia urbana, a falta de continuidade física entre as áreas verdes restringe o fluxo gênico da fauna e flora locais, refletindo o processo de fragmentação do tecido que ameaça a resiliência metropolitana (TÂNGARI, 2019).

No tocante às inter-relações entre os componentes do sistema, nota-se que a maioria dos espaços opera de forma isolada (enclaves), com escassa integração funcional com o sistema viário ou com a rede de equipamentos públicos. Essa fragmentação reduz a legibilidade da cidade e desencoraja a mobilidade ativa. A inexistência de calçadas qualificadas, ausência de rampas dentro dos padrões normativos da ABNT e a falta de ciclovias que conectem as praças às estações de transporte público fragilizam a apropriação cotidiana e perpetuam barreiras arquitetônicas incompatíveis com o desenho universal (MELO; ORLANDO, 2014).

Entretanto, as áreas adjacentes ao sistema de transporte coletivo, especialmente as imediações das estações do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e os eixos que acompanham a transição topográfica entre a serra e o sertão (GURGEL, 2012), surgem como janelas de oportunidade. Esses eixos possuem potencial estratégico para atuar como elementos organizadores do SEL. A qualificação dessas áreas, por meio do incremento de vegetação densa, melhoria do mobiliário urbano acessível e incentivo aos usos mistos no entorno, poderia induzir a formação de uma rede mais coesa. A integração sistêmica entre a mobilidade sobre trilhos e espaços livres qualificados desponta como a estratégia mais viável para mitigar as disparidades territoriais e reverter a lógica de fragmentação que hoje impera na morfologia da Metrópole do Cariri (QUEIROZ, 2013; MENDES, 2023).

Figura 6: Tabela de quantidade de espaços livres públicos por Bairros de Juazeiro do Norte

Bairros:	Praças:	VLT:	Largos:	Acad. Populares:	P.Timbaubas:	Campos:	Cemitérios:

Aeroporto	1			1			1
Antônio Vieira							
Beanôra Gondim Pereira							
Betolândia							
Cajuína São Geraldo							
Campo Alegre						1	
Carité							
Centro	3		1			1	
Cidade Universitária	1						
Distrito de Marrocos	1			1		1	
Distrito de Padre Cícero	1						
Distrito Industrial							
Fátima		1					
Franciscanos	3	1	1	1			
Frei Damião							
Horto	2			1			
Jardim Gonzaga	2					1	
João Cabral	1						
José Geraldo da Cruz	2			1	1		
Juvêncio Santana							
Lagoa Seca	5			2			
Leandro B. de Menezes	2						2
Limoeiro	3			1		1	
Logradouro							
Monsenhor Murilo de Sá Barreto							
Novo Juazeiro	4			1			
Pedrinhas	1						
Pio XII							
Pirajá	4						
Planalto							
Prefeito Mauro Sampaio							
Professora Maria Geri							
Romeirão	1						
Romeiro Aureliano Pereira						1	
Salesianos	1	1	1	1			
Salgadinho						1	
Santa Tereza	2			1			
Santo Antônio							
São José	3						1
São Miguel	2						

Socorro	2		1							1
Timbaúbas	1				1			1		
Tiradentes	2				1					
Três Marias	2							1		
Triângulo	3				1					
Vila Real										

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação acerca do sistema de espaços livres (SEL) de Juazeiro do Norte revela um panorama complexo, marcado por um conjunto heterogêneo de tipologias que desempenham funções ambientais, sociais, culturais e, sobretudo, simbólicas. A configuração atual de praças, largos, canteiros centrais e espaços vinculados à infraestrutura de mobilidade — como o sistema VLT — não é apenas um resultado geométrico do traçado urbano, mas um reflexo direto dos processos históricos de ocupação, das pressões contemporâneas da expansão imobiliária e das persistentes desigualdades socioespaciais que caracterizam o município.

Os resultados obtidos evidenciam uma contradição fundamental: embora exista diversidade tipológica e uma distribuição territorial que abrange diversas zonas da cidade, a ausência de uma visão sistêmica no planejamento e na gestão desses espaços compromete a funcionalidade do conjunto urbano. Conforme discutido, a fragmentação morfológica e a descontinuidade funcional entre os espaços livres limitam a conectividade ecológica e a acessibilidade universal. Tais disparidades na oferta de infraestrutura e na qualidade da manutenção urbana reduzem drasticamente o potencial desses locais como elementos estruturadores da esfera pública, relegando-os, muitas vezes, à condição de vazios residuais desprovidos de conforto ambiental e vitalidade.

Constatou-se que a dinâmica de produção do espaço em Juazeiro do Norte, fortemente atrelada às lógicas de mercado e ao cumprimento estrito de índices normativos, tem gerado espaços livres periféricos desprovidos de atratividade social. Esta lógica de intervenções pontuais, em detrimento de um plano de rede, reforça a segregação territorial. A população das áreas de expansão recente encontra-se privada de espaços públicos qualificados, o que compromete não apenas o lazer, mas a própria resiliência ambiental da cidade frente aos desafios climáticos do semiárido. A formação de corredores verdes e redes contínuas de áreas livres, integrando as Áreas de Preservação Permanente (APPs) permanece como uma lacuna crítica no planejamento municipal.

Diante deste cenário, a qualificação do sistema de espaços livres deve ser encarada como uma estratégia de infraestrutura urbana essencial. Propõe-se que tal qualificação ultrapasse o desenho isolado de praças, integrando-as a uma rede de mobilidade ativa e às dinâmicas socioeconômicas locais pautadas pela reestruturação do comércio e serviços. A articulação

entre o SEL e o transporte de massa (VLT) apresenta-se como um caminho viável para reestruturar a forma urbana, promovendo centralidades mais equilibradas e sustentáveis.

Ademais, destaca-se a imperatividade da participação social e do atendimento às normas de acessibilidade nos processos de gestão. Para que o SEL cumpra seu papel na esfera pública, ele deve ecoar as demandas reais da comunidade, promovendo o senso de pertencimento e a preservação do patrimônio cultural e religioso. A incorporação de uma perspectiva sistêmica, participativa e equitativa é o único caminho para a construção de uma Juazeiro do Norte mais justa e ambientalmente integrada.

Por fim, este estudo reafirma a relevância da abordagem dos sistemas de espaços livres como um instrumento crítico de leitura e intervenção na cidade contemporânea. Os dados e análises aqui apresentados servem como subsídio para políticas públicas de qualificação do espaço comum, indicando a necessidade premente de pesquisas futuras que aprofundem as relações entre morfologia urbana, conforto ambiental e justiça socioespacial no contexto das cidades médias nordestinas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (CALIBRI 11, CAIXA ALTA)

CASTRO, F. F. B. **A Região Metropolitana do Cariri frente aos planos estratégicos do governo estadual**: um olhar a partir do projeto Cidades do Ceará I - Cariri Central. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

GURGEL, A. P. C. **Entre serras e sertões**: a(s) (trans)formação(ões) de centralidade(s) da Região Metropolitana do Cariri/CE. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

HANNES, E. **Espaços abertos e espaços livres**: um estudo de tipologias. Revista de Direito da Cidade, [s. l.], 2015.

MAZZEI, K.; COLESANTI, M. T. M.; SANTOS, D. G. Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 105-120, jun. 2007.

MELO, C. A. S. M.; ORLANDO, P. H. K. Acessibilidade no Parque do Sabiá na cidade de Uberlândia (MG). **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 2, n. 9, p. 34-50, 2014.

MENDES, J. A. **Desigualdade sócio-espacial e deslocamentos urbanos**: a dinâmica da cidade de Juazeiro do Norte - CE no período técnico-científico-informacional. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

OSCO, L. P. et al. Chave de interpretação para mapeamento de feições hidrogeomorfológicas: estudo de caso no Pontal do Paranapanema/SP. **Revista Científica ANAP Brasil**, v. 8, n. 12, p. 67-82, 2015.

PEREIRA, C. S. S. **Centro, centralidade e cidade média**: o papel do comércio e serviços na reestruturação da cidade de Juazeiro do Norte/CE. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

QUEIROGA, E. F. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo**: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. 2012. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

QUEIROGA, E. F.; BENFATTI, D. M. Sistemas de espaços livres urbanos: construindo um referencial teórico. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 24, p. 81-87, 2007.

QUEIROZ, I. S. **A metrópole do Cariri**: institucionalização no âmbito estadual e a dinâmica urbano-regional da aglomeração do Crajubar. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

RAMOS, A. P. M. et al. Chave de interpretação para o mapeamento do uso e cobertura da terra da bacia hidrográfica do alto curso do rio Santo Anastácio. **Colloquium Exactarum**, v. 9, n. esp., p. 226-233, 2017.

SOUZA, C. B. **APPs fluviais urbanas e sistemas de espaços livres**: uma análise da influência do Código Florestal na forma das cidades brasileiras. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

TÂNGARI, V. R. Os sistemas de espaços livres como instrumento de leitura da morfologia urbana e suas implicações sócio ambientais no Município do Rio de Janeiro. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 7, n. 1, 2019.